

Lukács diante dos novos problemas do capitalismo de seu tempo:

o problema manipulação e a luta por uma vida plena de sentido em suas últimas entrevistas

Lukács on the new problems of the capitalism of his time:

the problem of manipulation and the struggle for a meaningful life in his last interviews

Pedro Rocha Badô¹

Resumo: O presente artigo propõe sistematizar as reflexões de György Lukács a respeito das transformações sofridas pelo capitalismo de seu tempo a partir de suas últimas entrevistas concedidas entre 1966 e 1971. Primeiramente, tratou-se do diagnóstico lukácsiano de que o marxismo encontrava-se então teoricamente estagnado, de maneira que era necessário um “renascimento do marxismo” que, no plano dos estudos econômicos, deveria se revelar como o renascimento de uma teoria da reprodução ampliada capaz de compreender os novos fenômenos do capitalismo. Em seguida, evidencia-se aquilo que o filósofo acredita ser uma mudança qualitativa no capitalismo, marcada pela expansão do capital sobre o consumo da classe trabalhadora e pela prevalência do mais-valor relativo sobre o mais-valor absoluto como forma de exploração. A partir da compreensão destas transformações, evidenciou-se como, para Lukács, essa nova configuração do capitalismo impacta profundamente na consciência dos indivíduos, promovendo mudanças no fenômeno do estranhamento, além do surgimento da manipulação capitalista a qual, intimamente ligado ao consumo em massa, ultrapassa a esfera econômica e se estende por toda a vida social. Destaca-se também a abordagem lukácsiana das possíveis implicações de tais elementos sobre a constituição da classe trabalhadora, além dos desafios teóricos e práticos impostos ao marxismo enquanto campo revolucionário. Por fim, sob a rubrica de conclusões finais, buscou-se avaliar brevemente quais são os avanços e os limites das reflexões de Lukács para o marxismo do tempo presente.

Palavras-chave: György Lukács; retorno a Marx; capitalismo contemporâneo; mais-valor relativo; manipulação.

¹ Mestre e doutorando em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). E-mail: pedrobado.doc@gmail.com

Abstract: This article aims to systematize György Lukács' reflections on the transformations undergone by the capitalism of his time, based on his last interviews given between 1966 and 1971. Firstly, Lukács' diagnosis that Marxism was then theoretically stagnant, so that a "renaissance of Marxism" was needed, which, in terms of economic studies, should be revealed as the rebirth of a theory of expanded reproduction capable of understanding the new phenomena of capitalism. Next, we see what the philosopher believes to be a qualitative change in capitalism, marked by the expansion of capital over the consumption of the working class and the prevalence of relative surplus value over absolute surplus value as a form of exploitation. By understanding these transformations, we can see how, for Lukács, this new configuration of capitalism has a profound impact on the consciousness of individuals, promoting changes in the phenomenon of estrangement, as well as the emergence of capitalist manipulation which, closely linked to mass consumption, goes beyond the economic sphere and extends throughout social life. We also highlight the Lukacsian approach to the possible implications of these elements for the constitution of the working class, as well as the theoretical and practical challenges imposed on Marxism as a revolutionary sector. Finally, under the heading of final conclusions, we sought to briefly assess the advances and limits of Lukács' reflections for present-day Marxism.

Keywords: György Lukács; return to Marx; contemporary capitalism; relative surplus value; manipulation.

Introdução

György Lukács, nos últimos anos de sua vida, dedicando-se ao desenvolvimento teórico de uma ontologia do ser social, tinha como um dos elementos centrais em sua obra a ideia da necessidade de um renascimento do marxismo a partir de um retorno aos próprios textos de Marx. Tal empreitada frutificou naquela que ficou conhecida como sua obra tardia, principalmente em sua *Para uma ontologia do ser social*, a qual dedicou seus derradeiros anos

Este retorno a Marx, mais do que uma simples postura exegética e diletante frente aos escritos marxianos, deveria ser a base teórica para que o marxismo, enquanto campo teórico, retomasse sua capacidade de compreender e intervir na realidade tal como o próprio Marx fez a seu tempo. E ainda que o próprio Lukács não tenha levado a cabo um estudo econômico sobre o capitalismo de sua época – tendo se concentrado

principalmente em outros aspectos da vida social –, ele não deixou de apontar o que lhe parecia ser uma mudança qualitativa no modo de produção capitalista do final da década de 1960 em relação ao capitalismo da segunda metade do século XIX, período em que Marx empreendeu suas pesquisas.

Em suas últimas entrevistas, concedidas entre 1966 e 1971, Lukács, mesmo não sendo um economista – como ele próprio afirmava –, talvez em razão da liberdade que esta modalidade de colóquio permite, fornece reflexões muito pertinentes a respeito das transformações ocorridas no processo produtivo e, principalmente, como consequência dessas transformações, no âmbito da consciência.

Nosso objetivo aqui é reunir e dar maior coesão a essas contribuições que estão dispersas pelas entrevistas, ainda que, por diversas vezes, o grande número de citações diretas possa tornar o texto um tanto cansativo. Pretendemos manter ao máximo a riqueza das reflexões lukácsianas sobre as transformações sofridas pelo capitalismo, já que este tema nem sempre se encontra abordado com tanta liberdade e de modo tão prosaico nas obras publicadas pelo próprio filósofo húngaro.

Portanto, iniciaremos nosso percurso pela questão do “renascimento do marxismo”, principalmente em seus aspectos econômicos, como no caso da teoria marxiana da reprodução ampliada. Em seguida, veremos mais detidamente aquilo que Lukács acredita ser a mudança qualitativa do capitalismo de sua época, que tem como centro a expansão do capitalismo sobre o consumo dos trabalhadores e a prevalência do mais-valor relativo sobre o mais-valor absoluto enquanto forma específica de exploração da força de trabalho.

A partir disso, buscaremos evidenciar como que, para Lukács, essa mudança impacta sobre a consciência dos indivíduos não só a partir de uma nova fisionomia do fenômeno que Marx chamou de “estranhamento”, mas também criando todo um complexo manipulatório que se expande do consumo para todos os âmbitos da vida social. Neste sentido, ainda vinculado à questão da consciência, evidenciaremos também os apontamentos do autor a respeito da necessidade de se compreender as repercussões desta transformação no capitalismo sobre a constituição da classe trabalhadora de seu tempo.

Sobre a necessidade do renascimento da teoria marxiana da reprodução ampliada

Em entrevista concedida ao jornal tcheco *Kulturní Noviny* em 1968, Lukács (2020, p. 45) chama atenção para a importância de reconhecer o fato de que “o marxismo estagnou durante trinta anos” durante o “período em que Stálin determinava” o que era ou não marxismo, período em que, para ele, “muitas idiotices foram reconhecidas universalmente ao longo de anos, infelizmente, como científicas”. Diante de tal estagnação, o autor propõe o mote que será o fio condutor de todo o tema que neste texto abordaremos: tratava-se, “em primeiro lugar, de restaurar o marxismo”.

É bem verdade que tal mote guiou as reflexões do marxista húngaro principalmente nos debates filosóficos, já que este era o domínio mais proeminente de seu trabalho teórico. No entanto, é importante notar que em uma entrevista de 1966 ao italiano *L'Unità*, ele menciona este “renascimento da teoria e do método de Marx” – mantendo sempre em perspectiva o fato de que, “na União Soviética, o estudo de Lênin [...] substituiu o estudo de Marx”, tendo sido aquele, “meia década mais tarde”, “substituído por Stálin” – como uma tarefa fundamental não apenas para “criar uma economia planejada, alicerçada em bases teóricas sólidas” nos países socialistas do leste europeu, mas também para que se fizesse frente ao capitalismo no Ocidente. Desse modo, a ideia geral de restaurar o marxismo manifesta-se aqui na especificidade do campo econômico, de maneira que era preciso, então, “fazer renascer para uma nova vida a teoria marxiana da reprodução ampliada” (Lukács, 2020, p. 23).

O dilema no plano da teoria econômica era que, “nos estudos de economia política”, os marxistas de então – incluindo o próprio Lukács –, limitavam-se a escrever “apenas comentários ao livro de Lênin sobre o imperialismo”. Para ele, essa “economia política” não poderia “ter nenhum crédito, pois [ela] contradiz os fatos” ao tentar responder novos fenômenos do capitalismo que não existiam ao tempo de Marx ou de Lênin. Na verdade, na disputa ideológica contra o pensamento burguês, os marxistas só conseguiriam “adquirir prestígio” se fossem “capazes de explicar os fenômenos da economia política de hoje com o método marxista” (Lukács, 2020, p. 57).

Esta “espécie de autocrítica” à “teoria socialista” – apesar de reconhecer o risco de se “superestimar a importância de Lênin” para a teoria econômica –, partia da ideia de que “Lênin e, em parte, Rosa Luxemburgo, com sua obra *A acumulação do capital*, foram os que tentaram expor os novos fenômenos do capitalismo” através de um “modo sistemático de compreensão e apresentação, desde a morte de Marx e Engels” (Lukács, 2020, p. 159). E decorridos cinquenta anos desde a edição das obras de Lênin e de Luxemburgo, a percepção de Lukács (2020, p. 215) era de que os marxistas tinham

“perdido o passo e as coisas” pareciam lhes “escapar”, já que havia “fenômenos novos” sobre os quais estes não tinham nada a dizer. Um exemplo prático dos efeitos desta estagnação teórica era que, no plano tático, o principal horizonte de ação dos marxistas de então baseava-se em esperar “pela grande crise do capitalismo”, possibilidade que parecia ser negada cada vez mais pelos fatos, já que, na realidade, até aquele momento, o capitalismo não tinha “uma crise de grande relevo desde aquela de 1929” (Lukács, 2020, p. 215).

Era precisamente este tipo de dilema enfrentado pelo marxismo em meados dos anos 1960 que levava Lukács (2020, p. 215) a afirmar de maneira tão contundente que “nossa análise estancou”, enquanto “o capitalismo continuou a evoluir. Nós paramos com Lênin. Depois dele não houve marxismo”. E em uma boa síntese da questão, ele afirmava:

Nós, marxistas, devemos partir, acima de tudo, do fato de que, por causa do stalinismo, não fornecemos até agora uma análise verdadeiramente séria do capitalismo contemporâneo. A última análise marxista séria foi aquela feita por Lênin sobre o imperialismo, no tempo da Primeira Guerra Mundial. Ora, não sou economista, mas me dou conta de que existem fenômenos sobre os quais os marxistas não refletiram ainda. (Lukács, 2020, p. 146).

Diante de tais fatos, os “comunistas, como incapazes”, enfrentavam “o novo capitalismo e constantemente” atribuíam a ele “categorias antigas, com as quais em geral não [explicavam] nada” (Lukács, 2020, p. 175). O marxismo daquelas últimas décadas não tinha sido “capaz de elaborar nenhuma avaliação precisa [das] mudanças” ocorridas na economia, de maneira que “o julgamento a respeito do capitalismo [era] erroneamente elaborado em oposição à ciência” (Lukács, 2020, p. 48). Por essa razão, era necessário “submeter todas as categorias que Marx estabeleceu para o capitalismo da década de 1880 a uma nova investigação econômica” (Lukács, 2020, p. 175). São estas constatações que levam Lukács (2020, p. 57) a afirmar que um “duplo movimento é necessário: retornar a Marx, no método, e, na realidade, ir adiante na explicação marxista dos fenômenos de hoje”.

Neste itinerário para um “renascimento da teoria marxiana da reprodução ampliada”, começando pelo retorno à obra de Marx, o primeiro passo desse “duplo movimento” era uma “genuína análise teórica da teoria da reprodução ampliada presente no Livro II de *O capital*”. Aqui, no entanto, o marxista húngaro não deixa de apontar o risco do dogmatismo neste retorno aos escritos marxianos. Ele chama atenção para a necessidade de não se “esquecer que Engels”, o editor do Livro II, “justamente

no que diz respeito a esse capítulo [sobre a reprodução ampliada], evidenciou, lamentando, as ‘lacunas’ e a ‘natureza fragmentária’ da descrição”, de maneira que o “estudo do texto de Marx deve, portanto, ser um estudo crítico”, não estando, em princípio, de “modo algum excluído que correções ou ‘acréscimos’ sejam necessários em questões específicas” (Lukács, 2020, p. 24).

Em relação ao segundo momento do “duplo movimento”, isto é, de, “na realidade, ir adiante na explicação marxista dos fenômenos de hoje”, Lukács (2020, p. 24) chama atenção para o fato de que “Marx escreveu essas reflexões [sobre a reprodução ampliada] há cem anos”, o que contrastava com o outro importante fato, o de que desde “então, o sistema econômico do capitalismo mudou de modo substancial, e hoje temos a tarefa de dar uma interpretação teórica dessa mudança, sobre a base do marxismo”.

Diferentemente de outros intelectuais marxistas da época, no entanto, para Lukács (2020, p. 48), o renascimento do marxismo não consistia em “absorver a lógica matemática, a semântica, o estruturalismo, e deus sabe mais o quê”. Segundo ele, o “método marxiano está correto” e deve-se “desenvolvê-lo ainda mais para que se torne adequado como base para resolver os problemas atuais”. Assim, “embora não [fosse] economista”, nosso autor estava convencido de que a transformação do capitalismo de seu tempo poderia “ser inteiramente explicada com a ajuda do método marxista”. A questão, portanto, permanecia sendo “chegar à compreensão efetiva do marxismo” e, em seguida, “ao conhecimento e à compreensão de todas as grandes mudanças no mundo que surgiram no período posterior a Marx” (Lukács, 2020, p. 24).

De modo muito claro e sintético temos então que, para nosso autor,

[o] marxismo como exigência e imposição do estudo global da sociedade, como interpretação da sociedade em sua globalidade, em sua totalidade, em vista da transformação estrutural e cultural, isto é, histórica, está de fato completo. Mas é completo enquanto método, isto é, enquanto modo de análise e critério para estabelecer a hierarquia teórica dos fatores constitutivos da sociedade. A completude do método não implica necessariamente que em Marx se possa encontrar tudo, isto é, todos os conteúdos específicos que somente uma longa, paciente pesquisa, conduzida com base no método marxista para investigar o sentido global, histórico do desenvolvimento social, poderia trazer à luz. Aqui é onde os próprios marxistas têm se desviado gravemente, têm tomado a estrada cômoda, limitando-se a repetir coisas que não compreenderam, ou têm feito valer questões de tática acima da teoria e contra ela. (Lukács, 2020, p. 205).

Apenas evitando esta “estrada cômoda”, que grande parte dos marxistas tomavam, é que, para Lukács (2020, p. 48), seria possível evitar a “falsa antinomia” que dominava o pensamento de sua época, a qual propunha como opção ou “o dogmatismo que

continua a esperar [...] a eclosão de uma nova crise, como a de 1929”, ou a posição dos “teóricos burgueses” de que “não existe mais o capitalismo e a análise marxiana nada mais é do que um documento histórico do século XIX”.

De modo mais concreto, para exemplificar um dos pontos que compõem o dilema de que tratava, Lukács, em quase todas as entrevistas deste período, apontava que

[...] ao longo do século XIX, o mercado, as forças capitalistas em geral envolviam setores importantes mas limitados da vida econômica e da vida social. Em particular, sentia-se a lógica capitalista operando nos setores-chave da indústria, em especial da indústria siderúrgica, isto é, da indústria pesada, na *schwere Industrie*. Hoje o capitalismo abarca, investe, compreende muito de perto, até condiciona, todos os aspectos da vida. A lógica do capitalismo tende a coincidir com a própria lógica do processo social como tal, expandindo-se e envolvendo toda a vida social. Do capitalismo parcial do último século [XIX] passamos para o capitalismo generalizado. Nesse sentido, longe de estar exaurido, pode-se dizer que o marxismo nem mesmo começou. Em todo caso, e paradoxos à parte, é preciso complementar o marxismo; é preciso estudar aquilo que Marx não estudou a fundo. (Lukács, 2020, p. 204).

Como se vê, para o filósofo, esta espécie de generalização do capitalismo, que se expande não só para todos os ramos da produção, como também para a vida social em geral, foi um fenômeno que se desenvolveu, de fato, posteriormente a Marx, de modo que seus estudos não puderam contemplar tais aspectos, pois estes apenas começavam a se desenvolver naquela época. A consequência dessa “capitalização da indústria que produz bens de consumo e a maioria dos chamados ‘serviços’”, que “ocorreu nos últimos cem anos”, significava “muito mais do que apenas uma extensão quantitativa da esfera de influência do capitalismo”, pois provocou nele, “de fato, uma mudança qualitativa: o capital em seu complexo está agora diretamente relacionado do ponto de vista econômico com o consumo da classe trabalhadora” (Lukács, 2020, p. 24).

Portanto, tendo em tela essa “mudança qualitativa” sofrida pelo capitalismo e identificada por Lukács, podemos avançar agora sobre os elementos econômicos mais específicos que nosso autor desdobra em suas entrevistas.

A expansão capitalista sobre o consumo do trabalhador e a prevalência do mais-valor relativo

Debruçando sobre esta nova condição que se impunha, Lukács explica que ao recuar “oitenta ou cem anos”, ao tempo de Marx, podia-se notar “que a indústria dos meios de produção estava, em sua essência, largamente organizada em uma escala capitalista”, podendo observá-la principalmente “na indústria têxtil, na indústria de

moagem, na indústria do açúcar”, as quais “formavam quase todos os setores econômicos da grande indústria capitalista”. Por outro lado, nesses oitenta anos que decorreram até a década de 1960, “o consumo inteiro foi absorvido pelo processo capitalista”. E não se tratava “somente da indústria de sapatos, confecções, etc.”. Para ele, era “muito interessante o fato de que com todas essas geladeiras, máquinas de lavar, etc., até mesmo o âmbito doméstico começa a ser dominado pela indústria”. E esta absorção pelo capitalismo não se dava apenas em relação aos bens de consumo, mas também “o setor dos assim chamados serviços torna-se parte da grande indústria capitalista” (Lukács, 2014, p. 65-66).

Melhor explicado, num sentido histórico geral, tem-se que

[...] no fim do século passado [XIX], o capitalismo compreendia basicamente a indústria pesada e os setores que trabalhavam com algumas matérias-primas de importância fundamental. A maior parte da produção dos bens de consumo estava nas mãos dos pequenos artesãos e a atividade terciária tinha ainda um caráter capitalista menor. Nos últimos quarenta ou cinquenta anos, a produção capitalista se estendeu a todo o conjunto da produção, a indústria de consumo tornou-se capitalista e vemos, dia a dia, que a atividade terciária ocupa uma posição cada vez maior no mundo capitalista. (Lukács, 2020, p. 146).

A constatação de que o “ramo dos serviços se tornou um grande território capitalista” – o que podia ser notado no fato cotidiano de que um “ofício no sentido antigo”, tal como o alfaiate ou o sapateiro, “em geral não existe mais hoje” –, era um sinal de que a “produção em sua totalidade tornou-se capitalista” (Lukács, 2020, p. 159). Evidência disso era que, nos anos finais da década de 1960, “algumas estatísticas” davam conta de que “nos Estados Unidos o setor terciário [empregava] mais trabalhadores do que aqueles ocupados na indústria pesada” (Lukács, 2020, p. 146).

Como já mencionamos, para nosso autor, na medida em que “o capital em seu complexo” passava a estar “diretamente relacionado do ponto de vista econômico com o consumo da classe trabalhadora”, essa absorção do consumo significava uma “mudança qualitativa” do capitalismo (Lukács, 2020, p. 24). E a partir da crítica da economia política, para Lukács (2014, p. 66), este processo tinha relação com o importante fato de que “o mais-valor relativo, como forma de exploração, acaba dominando o mais-valor absoluto”, pois “somente essa nova forma” de extração de mais-valor poderia “garantir a intensificação da exploração em caso de aumento do consumo contemporâneo (e do tempo livre) dos trabalhadores”. Aqui, o ponto nodal é que a exploração da classe trabalhadora “passa cada vez mais da exploração através do mais-valor absoluto para a

que se opera através do mais-valor relativo”, o que tornava “possível um aumento da exploração ao lado de um aumento do nível de vida do trabalhador”.

Evidentemente, é preciso deixar claro que “o capitalismo não deixa de ser capitalismo” em decorrência desta mudança, principalmente porque o próprio Marx, já em sua época, percebia que “somente com o predomínio do mais-valor relativo a ‘subsunção real’ da economia pôde ocorrer no capitalismo” (Lukács, 2020, p. 24). A questão é que esta crescente “subsunção da produção sob as categorias do capitalismo”, durante as últimas décadas do século XIX e as primeiras do século XX, torna-se uma mudança qualitativa em relação à época de Marx, passando a constituir “uma característica específica da nossa época” (Lukács, 2014, p. 66).

Segundo o filósofo marxista – que sempre acentuava não ter “a pretensão de tratar a questão de modo cientificamente exato” nestas entrevistas –, essa mudança do capitalismo de seu tempo “poderia ser resumida na afirmação de que o capitalista do século passado não se interessava pelo consumo do operário”, enquanto para o capitalista do século XX, “o operário representa um dos principais consumidores” (Lukács, 2020, p. 146). E assim, tanto o avanço definitivo do capital sobre o consumo, quanto a prevalência do mais-valor relativo como forma específica da exploração da força de trabalho, tornam-se fatores fundamentais dos processos econômicos. Se “para o capitalismo, como capital global, o consumo dos trabalhadores era uma questão absolutamente secundária na época de Marx” – não sendo “coincidência que o chamado mais-valor absoluto” tenha sido “o fator dominante na exploração capitalista” daquele momento –, desde “que a produção global se tornou capitalista”, o “consumo da classe trabalhadora é da maior importância para o funcionamento do capital global” (Lukács, 2020, p. 159-160).

Neste ponto, chegamos também a outro aspecto que compõe a totalidade dessa transformação do capitalismo, isto é, àquele já mencionado “aumento do nível de vida do trabalhador” (Lukács, 2014, p. 66). Na medida em que ao tempo de Marx, “a produção dos meios de consumo estava em grande parte nas mãos dos artesãos” e, por isso, “os bens de consumo dos trabalhadores eram comprados de artesãos e não de capitalistas”, é compreensível que “para o capitalismo, se o trabalhador ganhava x ou 2x por semana, do ponto de vista econômico isso era completamente indiferente. (Lukács, 2020, p. 174). Mas como o “capitalismo tornou-se o proprietário de toda a indústria de produção, de toda a indústria de bens de consumo e de todos os serviços” – contando com “uma ampliação intensiva por meio do aperfeiçoamento dos meios de produção” –,

“todo o capitalismo” passa a ter interesse em que “os salários aumentem e a hora de trabalho se reduza”, no sentido de tornar o trabalhador “um melhor consumidor” (Lukács, 2020, p. 175).

E aqui temos o elemento que nos interessa centralmente neste artigo, isto é, como que, para Lukács, essa expansão capitalista sobre o consumo, a prevalência do mais-valor relativo sobre o mais-valor absoluto, o aumento – em geral – dos salários e a redução da jornada de trabalho impactam no plano da subjetividade dos indivíduos deste novo momento do capitalismo. É diretamente apoiado sobre estas percepções no campo da economia que nosso autor afirma que o “problema do estranhamento adquire uma fisionomia inteiramente nova” (Lukács, 2014, p. 66).

Para ele, no “tempo em que Marx escrevia os *Manuscritos Econômicos e Filosóficos* [1844], o estranhamento da classe operária significava imediatamente um trabalho opressivo em um nível quase animal”, de maneira que “o estranhamento era, em certo sentido, sinônimo de desumanidade”. Foi “por este motivo [que] a luta de classes teve por objetivo, por décadas, garantir, com reivindicações adequadas sobre o salário e sobre o tempo de trabalho, o mínimo de uma vida humana para o trabalhador”, sendo a “famosa reivindicação de oito horas de trabalho colocada pela Segunda Internacional” “um sintoma desta luta de classe”. No entanto, para o filósofo húngaro, àquela altura da história, “em certo sentido”, e “só em certo sentido”, “a questão se modificou” (Lukács, 2014, p. 66-67).

O problema da manipulação e a luta por uma vida plena de sentido

Como viemos demonstrando até aqui, é preciso ter claro que, na esfera da economia, são elementos fundamentais tanto o fato de que “o capitalismo” passou a se interessar “profundamente por toda a vida social, desde botas femininas até automóveis, de utensílios de cozinha aos meios de entretenimento” (Lukács, 2020, p. 216), quanto o fato de que a duração da jornada de trabalho – que, no decorrer dos séculos XIX e XX, “passou de quatorze horas para treze, doze, dez e assim por diante” –, assume um papel diferente no capitalismo de então. São estes dois elementos da economia daquele momento que nos permite compreender porque, para Lukács (2020, p. 215), o mais importante não era “tanto a duração da semana de trabalho”, mas sim “saber e programar o que os trabalhadores farão durante seu famoso ‘tempo livre’, o que eles consomem, aonde vão...”.

Na medida em que o mais-valor absoluto, apesar de não ter desaparecido completamente, “simplesmente não [desempenhava] mais o papel dominante” frente ao mais-valor relativo, “um novo problema surge no horizonte dos trabalhadores, isto é, o problema de uma vida plena de sentido” (Lukács, 2014, p. 67). Se a “luta de classes no tempo do mais-valor absoluto” – que reivindicava centralmente a redução da jornada de trabalho e o aumento dos salários – “estava voltada para a criação das condições objetivas indispensáveis a uma vida deste gênero” – isto é, a uma “vida plena de sentido” –, àquela altura dos anos 1960, “com uma semana de cinco dias e um salário adequado”, poderiam “já existir as condições indispensáveis para uma vida cheia de sentido” para os trabalhadores (Lukács, 2014, p. 67).

Esta contradição – que opunha, por um lado, a existência de condições efetivas para uma vida plena de sentido e, por outro, a não efetivação deste tipo de vida –, implicava em “uma mudança fundamental” naquele “fenômeno” – já mencionado anteriormente –, “que com base na obra juvenil de Marx”, Lukács (2020, p. 147) definia “como *estranhamento*”.

No século passado, de fato, quando o estranhamento do operário era dado sobretudo pelo longo tempo de trabalho e pelo baixo salário, cada ação sindical, sem que os sindicatos se dessem conta, inseria-se na luta contra o estranhamento. As coisas são bem diversas no capitalismo contemporâneo. De fato, se em um país capitalista a semana de trabalho é de cinco dias e meio, meia jornada de trabalho livre a mais não atenua obviamente o estranhamento do operário. (Lukács, 2020, p. 147).

O ponto principal aqui é que, se no momento em que o capitalismo não havia se espreado por todos os ramos da produção e por toda a vida social, a redução da jornada de trabalho poderia significar uma oposição ao estranhamento sofrido pelo trabalhador, no capitalismo da época de Lukács isso havia se modificado, já que o próprio tempo livre do trabalhador fora do processo produtivo direto tornou-se um elemento fundamental para o capital através do consumo massificado. Assim, o trabalhador dessa época – com destaque para o “operário estadunidense”, o qual vivia as consequências de tais mudanças de modo mais proeminente – deveria “utilizar a luta sindical não para defender a si mesmo da pressão externa do estranhamento”, pois o problema consistia “naquilo que faz o operário em seu tempo livre a partir momento que o capitalismo se serve desse tempo livre para levar o trabalhador ao estranhamento” (Lukács, 2020, p. 147).

A questão foi muito bem sintetizada por Lukács (2020, p. 68) na afirmação de que no “atual ‘capitalismo manipulatório’, o salário cresceu e as horas de trabalho das

classes trabalhadoras diminuíram, mas a vida tem menos sentido que no período da pior opressão capitalista”. E aqui, através desta qualificação do capitalismo de então como “manipulatório”, apresenta-se um outro elemento fundamental neste debate, o chamado fenômeno da manipulação.

Apesar de mencionar diversas vezes este fenômeno em suas últimas entrevistas, nelas, nosso autor não se dá ao trabalho de defini-lo de modo explícito. Por isso, se apenas neste ponto recorrermos às páginas de *Para uma ontologia do ser social* com o intuito de esclarecer ao leitor o significado desta ideia, encontramos lá a afirmação de que a manipulação “surtiu da necessidade de oferecer mercadorias em massa para o consumo a muitos milhões de compradores singulares e, a partir disso, se transformou num poder que solapa toda vida privada” (Lukács, 2013, p. 341).

Quando explicitada esta relação entre o consumo em massa e o decorrente solapamento da “vida privada”, constituinte da manipulação capitalista, tornam-se ainda mais claros os exemplos prosaicos a que recorre Lukács em suas entrevistas. Assim o é quando, de modo muito ilustrativo, nosso autor fala de uma situação particular em que um “grande fabricante de máquinas ou qualquer outro industrial da época de Marx”, na medida em que “sua clientela era extremamente limitada”, “podia distribuir seus produtos sem pôr em funcionamento um aparato de maior envergadura”. Porém, “com os meios da grande indústria, surge um produto destinado ao consumo de massa”, “produtos tais como lâminas de barbear”, “que torna necessário um aparato especial para levar milhões de lâminas de barbear aos consumidores particulares” (Lukács, 2014, p. 66). Diante disso, ele afirma:

Estou convencido de que todo o sistema de manipulação [...] surgiu desta necessidade e depois se estendeu também à sociedade e à política. Agora este mecanismo domina todas as expressões da vida social, desde as eleições do presidente até o consumo de gravatas e cigarros. Basta folhear algumas revistas para encontrar exemplos suficientes deste fenômeno. (Lukács, 2014, p. 66).

Recorrendo a outro exemplo cotidiano de sua época, Lukács (2014, p. 67) fala de uma peça publicitária francesa em que era apresentado “um homem de aspecto ativo e másculo, que se distingue porque fuma os cigarros *Gauloises*”, ao qual ele se refere como o “tipo ‘*Gauloises*’”.

Por causa desta manipulação, o operário, o homem que trabalha, é afastado do problema de como poderia transformar seu tempo livre em *otium* [lazer; descanso], porque o consumo lhe é instilado sob a forma de uma superabundância de vida com finalidade em si mesma, assim como na

jornada de trabalho de doze horas [do século XIX] a vida era ditatorialmente dominada pelo trabalho. (Lukács, 2014, p. 67-68).

De tal forma, essa manipulação, que surge da massificação do consumo e se espalha por toda a vida social, “que vai da compra do cigarro às eleições presidenciais”, no que diz respeito ao plano mais específico da subjetividade, “ergue uma barreira no interior dos indivíduos entre a sua existência e uma vida rica de sentido”. Afinal, diferentemente do que parece ser à primeira vista, “a manipulação do consumo não consiste [...] no fato de querer informar exaustivamente os consumidores sobre qual é o melhor frigorífico ou a melhor lâmina de barbear”, de maneira que, na verdade, “o que está em jogo é a questão do controle da consciência” (Lukács, 2014, p. 67).

Precisamente por esta razão é que, segundo Lukács (2020, p. 147), “os mesmos problemas que interessavam as massas no século [XIX] passado vêm aos poucos assumindo um caráter cada vez mais ideológico”, pois o “que faz o operário em seu tempo livre é, na realidade, um problema ideológico”. E aqui é importante demarcar que, para o marxista húngaro, isso não implica na conclusão de que a esfera econômica passa a ter menor importância que a esfera da ideologia na sociedade contemporânea. Ao contrário, seguindo de perto o tratamento que ele dá à questão, vê-se que é “por efeito do desenvolvimento econômico” que “a ideologia assume hoje, do ponto de vista da luta de classes, um significado bem maior do que no passado” (Lukács, 2020, p. 147).

De modo mais claro, a constatação lukácsiana de que “as questões ideológicas teriam uma função mais importante do que aquela que tiveram no movimento revolucionário do século [XIX] passado” pode ser explicada pelo fato de que, no século XIX, enquanto a elevação do operariado a melhores condições de vida “representava, indubitavelmente, uma elevação de caráter ideológica” – já que “a redução da jornada de trabalho de dez para oito horas garantiria ao operário uma vida mais humana” –, naquela segunda metade do século XX, a questão se dava de modo diverso. O “capitalismo manipulatório” da década de 1960 era “caracterizado pela circunstância em que, quanto melhor alguém vive, tanto mais artificial é sua vida individual” (Lukács, 2020, p. 151).

De modo ainda mais profundo, Lukács (2014, p. 68) acreditava que, em certa medida, tal questão já estava expressa “na famosa passagem de Marx no terceiro volume de *O capital*, sobre o reino da liberdade” e “o reino da necessidade”. Partindo-se do fato de que “o trabalho permanece sempre, necessariamente, no reino da

necessidade” – pois é ele o meio pelo qual os homens produzem sua vida material –, a questão a ser resolvida no capitalismo é a possibilidade que o avanço das forças produtivas cria para que o tempo de trabalho dos indivíduos seja reduzido ao máximo, de maneira que o “socialismo intervém precisamente para dar formas humanamente adequadas ao trabalho e ao desenvolvimento da humanidade”.

No entanto, sem a superação do capitalismo, o desenvolvimento das forças produtivas, o aumento dos salários e a redução da jornada de trabalho resultam, dentro dos limites do próprio capitalismo, não mais que na prevalência do mais-valor relativo e na absorção do consumo dos trabalhadores pelo grande capital, transformando o tempo livre em um momento adicional do estranhamento. A contradição entre o “reino da necessidade” e o “reino da liberdade” se acirra ainda mais, porém, ela não se resolve no sentido de uma emancipação da humanidade.

De tal maneira, não era coincidência que, já naquela época, Lukács (2014, p. 68) observasse a existência de “uma ciência do trabalho e uma assistência psicológica do trabalhador”. Tais campos do conhecimento, “por meio da manipulação”, surgem com o objetivo final não de elevar a consciência do trabalhador a respeito de sua condição no capitalismo, mas sim, ainda que indiretamente, de naturalizar esta condição e, em última instância, ocultar o fato de que a “tecnologia capitalista existente” poderia – caso o modo de produção capitalista fosse superado – “transformar o trabalho numa experiência digna de ser vivida pelo trabalhador”.

Mas se até aqui temos tratado do problema sob o ponto de vista do trabalhador, é importante notar que, para Lukács (2014, p. 70), este é um “processo que não tem mais como único ponto de referência a classe operária”, pois, “quanto ao mais-valor relativo e à manipulação, mesmo a camada intelectual e toda a burguesia estão igualmente sujeitas ao capitalismo e às suas manipulações, não menos do que a classe operária”. Por essa razão é que o desafio, mais do que nunca, passava por “despertar a verdadeira autonomia da personalidade”, já que “o desenvolvimento econômico realizado até o presente momento criou as condições necessárias” para isso. Assim, se de um ponto de vista marxista, “não há dúvida de que a quantidade de trabalho necessário para a reprodução física do homem deve diminuir constantemente” no decorrer histórico, o significado fundamental disso é que “para todos os homens pode ser encontrado o espaço necessário para uma existência socialmente humana”.

E como sinal de que esse dilema envolvia toda a vida social – com suas diferentes classes e camadas da população –, o filósofo húngaro afirmava que não “foi por acaso”

que “o estrato dos estudantes e dos jovens intelectuais, que são mais sensíveis a tais questões, foi o primeiro a reagir ao início” daquilo que ele acreditava ser uma “crise profunda do capitalismo”. Se, a respeito dessa crise, Lukács dizia que “ninguém [poderia] fazer um prognóstico” naquele momento, ele não deixava de afirmar que “o movimento estudantil”, o qual “em Paris [em 1968] teve uma função tão importante”, “poderia ser comparado aos operários ingleses que se rebelaram espontaneamente contra a introdução das máquinas” nas fábricas do final do século XVIII (Lukács, 2020, p. 147), os quais recorriam à destruição da maquinaria como reação à substituição de seus posto de trabalho por inovações técnicas.

A revolta dos estudantes no final dos anos 1960 – a qual, enquanto “uma questão ideológica”, poderia ser resumida pelo *slogan* “não queremos nos tornar idiotas profissionais, queremos ser donos de nossa profissão” –, tinha como fundamento concreto “saber se na universidade se ensinam noções necessárias à técnica e à economia”, se o “estudante se tornará um verdadeiro especialista, capaz de adequar-se a todas as transformações, ou se, em vez disso, apenas as últimas descobertas serão oferecidas a ele e, em dez anos, diante de novas aquisições” científicas, “ele se sentirá ‘um peixe fora d’água’”. Para Lukács, tal questão ideológica poderia “assumir um significado decisivo na vida do homem” e evidenciava que não se deve “cair no erro de pensar que os problemas ideológicos são, enquanto tais, indiferentes do ponto de vista do desenvolvimento revolucionário”, pois todo “o progresso técnico atual é pleno de problemas do gênero” (Lukács, 2020, p. 152).

Assim, mesmo constatando que os “estudantes e intelectuais” ainda não tinham produzido “um programa genuinamente elaborado” e, por isso, seguiam um projeto, “na maioria dos casos”, “muito ingênuo” – como a ideia de que seria possível “eliminar a manipulação e fazer do trabalho um jogo” –, o marxista húngaro acreditava que esta revolta não deveria ser ignorada. Ele afirmava que aquele era “um movimento ainda muito imaturo ideologicamente”, mas que deveria “ser valorizado positivamente, porque representa uma oposição às contradições da sociedade capitalista manipulatória” (Lukács, 2020, p. 137).

Opinião parecida tinha ele sobre a chamada segunda onda feminista dos anos 1960. O movimento de mulheres que passava a incluir em seu escopo pautas relacionadas à liberdade sexual e aos chamados direitos reprodutivos – e que, por isso, foi tachado negativamente por diversos marxistas como um movimento pequeno-burguês –, possuía um valor positivo para Lukács. Afinal, por mais que o

movimento se expressasse ideologicamente de modo primevo, ele dizia respeito à autonomia da individualidade feminina. Por essa razão é que nosso autor afirmava que nesta “grande onda de sexo que hoje envolve mulheres e garotas, manifesta-se uma espécie de ludismo na batalha pela emancipação feminina” (Lukács, 2014, p. 74).

Também na esfera da política, Lukács fazia menção à manipulação do capitalismo de sua época. Segundo ele, “na Europa e nos Estados Unidos, as pessoas sentem muito o caráter não democrático da democracia manipulada”, e se arriscava a opinar que “esse problema da democracia” desempenharia “um papel enorme nos próximos anos”. Evidentemente, não se tratava de uma previsão “no sentido de os Estados ocidentais se colocarem no caminho da revolução socialista” – o que, para ele, “seria uma fantasia ridícula” –, mas sim no sentido de que “cada vez mais camadas manifestarão a insatisfação geral com o caráter não democrático da ‘democracia manipulada’”, de modo que tais setores da população procurariam “abrir caminho para uma democracia real”, ainda que os obstáculos e as contradições sociais fossem enormes, “já que no Ocidente existe ainda uma manipulação econômica sutil” (Lukács, 2020, p. 62-63).

Ainda na esfera da política e de sua expressão sob a democracia manipulada, o filósofo húngaro não deixa de mencionar um elemento fundamental dessa manipulação, o parlamento. Sob uma perspectiva histórica, ainda que o “parlamentarismo” fosse “um sistema estabelecido, por assim dizer, para ser manipulado a partir de cima” – bastando observar o fato de que “originariamente o Parlamento inglês foi manipulado pelos latifundiários” por muito tempo –, no que diz respeito à especificidade de sua época, Lukács acreditava que “a coisa se tornou uma manipulação capitalista geral e, basicamente, em países decisivos como os Estados Unidos o parlamentarismo como um todo se tornou uma questão monetária”. Afinal, se “de acordo com a Constituição” americana, “qualquer um pode começar um partido e concorrer nas eleições”, na realidade efetiva, “para atuar de maneira eficaz nas eleições estadunidenses, é necessário muito dinheiro e, desse modo, exclui-se completamente a fundação de partidos plebeus” (Lukács, 2020, p. 165-166).

Mencionando todas essas variadas repercussões da manipulação capitalista e as respostas dadas pelos diferentes setores sociais a ela, podemos notar como o filósofo marxista buscava fazer uma avaliação mais geral do movimento revolucionário, o qual também abarca o movimento de trabalhadores. Nesse sentido, Lukács (2014, p. 73-74) acreditava que, com a criação de uma “situação nova”, devido a “transformação do capitalismo em um sistema dominado pelo mais-valor relativo”, o “movimento

operário, o movimento revolucionário, [foi] condenado a um novo início”, o que resultava no renascimento, através de “formas muito caricaturais e cômicas”, de “certas ideologias ultrapassadas aparentemente há muito tempo, como o ludismo do fim do século XVIII”.

Devemos convencer-nos de que hoje não podemos, em relação ao despertar do fator subjetivo, renovar e continuar os anos vinte [do século XX], mas devemos recomeçar de um novo ponto de partida, utilizando todas as experiências que são patrimônio do movimento operário, tal como se desenvolveu até hoje, e do marxismo. Devemos dar-nos conta, com clareza, de que estamos em face de um novo início ou, para usar uma analogia, que nós agora não estamos na década dos vinte, mas, em certo sentido, no início do século XIX quando, depois da Revolução Francesa, começava a se formar lentamente o movimento operário. (Lukács, 2014, p. 74).

Notadamente, apesar do esforço em traçar um diagnóstico preciso, Lukács não é tão categórico no que diz respeito às táticas e às formas organizativas específicas que os marxistas deveriam adotar para encarar a nova situação. Isto porque, para Lukács, enquanto aos “ideólogos” – categoria em que ele próprio se inclui – cabe a “função de especificar como um fenômeno social já ocorrido se realiza em formas totalmente novas”, aos “políticos marxistas de diversos países” cabe “investigar os modos pelos quais o movimento operário poderá adequar-se às novas circunstâncias” (Lukács, 2020, p. 149). Como “ideólogo”, portanto, ele poderia ocupar-se “somente dessa correlação geral” dos fatores, não sabendo “dizer de que modo tudo isso” se encaminharia. Afinal, se “nem Marx conhecia antecipadamente, em 1848, o andamento da luta de classes na Alemanha”, não cabia a ele “fazer prognósticos concretos sobre a crise e sobre movimentos em desenvolvimento” (Lukács, 2020, p. 148).

Na opinião de nosso autor, “seria absurdo pensar” que ele poderia “dizer, com [seus] estudos, qualquer coisa de concreto sobre as formas que assumirão, no futuro, as lutas de classes”, de maneira que o fundamental era não mais que acentuar o fato de que as “formas da luta de classes estão em contínua mudança, e os ideólogos que esperaram que alguma coisa se repetisse sempre se enganaram” (Lukács, 2020, p. 148).

Exemplo disso é que, diante do dilema específico sobre a constituição da classe trabalhadora e de qual dos seus setores poderiam tornar-se uma vanguarda revolucionária naquele momento, Lukács menciona como no “movimento operário do século XVIII, teve grande importância, por exemplo, a divisão entre o proletariado e o subproletariado”. Mas na medida em que, durante os séculos XIX e XX, “os estratos superiores da classe operária, no que tange às condições de vida e trabalho, começaram a se assemelhar aos estratos inferiores da burguesia”, isto é, “aos pequenos-burgueses

que trabalhavam na produção”, àquela altura dos anos 1960, “nos países capitalistas desenvolvidos, a função do subproletariado [era] mínima em relação àquela do século passado”. O que o marxista húngaro queria demonstrar aqui é que o juízo prévio de qualquer teórico ou político marxista não pode definir a questão, pois são as “mudanças econômicas”, desenvolvidas historicamente, “que determinaram a composição da classe operária revolucionária” (Lukács, 2020, p. 150).

Logo, não se poderia “saber antecipadamente onde passa a linha de demarcação” da fração da classe trabalhadora que possivelmente colocaria-se como ponta de lança da revolução naquela segunda metade do século XX. Para Lukács, seria “ridículo afirmar, por exemplo, que somente quem ganha menos de 500 dólares por mês pode fazer parte da classe operária revolucionária” (Lukács, 2020, p. 150).

Dessa maneira, se “a classe operária de 1970, com os diversos estratos sociais de seus aliados, não é mais aquela de 1870” – e “também a de 1870 era diversa daquela de 1770” (Lukács, 2020, p. 150) –, a convicção teórica daí extraída é de que “a classe operária mudou, muda em sua composição interna, assim como muda continuamente o capitalismo, mesmo permanecendo em substância idêntico a si mesmo”. O essencial e o possível de ser feito naquele momento era “ficar de olho no desenvolvimento das técnicas produtivas”, isto é, “no desenvolvimento da divisão do trabalho e nas repercussões da tecnologia produtiva sobre os papéis profissionais e sobre o modo de configuração da luta de classes” (Lukács, 2020, p. 216).

Assim, se Lukács não prescrevia soluções imediatas para os problemas do capitalismo de seu tempo, por outro lado, ele tinha clareza de que, nesse âmbito, a “dificuldade” estava “no fato de que deve ser organizada uma nova forma de resistência” (Lukács, 2014, p. 68). Mas, no papel de ideólogo, sua insistência era na “necessidade de convencermos-nos”, enquanto marxistas, “de que estamos no início de um período novo” e “que a nossa tarefa de teóricos é a de esclarecer as possibilidades do homem neste período”, mesmo tendo a plena consciência “de que a ressonância destes conhecimentos na massa será por ora limitada” (Lukács, 2014, p. 74).

Portanto, para o filósofo húngaro, se “tomamos, não o marxismo vulgar, mas o verdadeiro marxismo, o marxismo de Marx, podemos encontrar lá todos os elementos necessários para combater essas novas formas de estranhamento” (Lukács, 2014, p. 68). E isso, evidentemente, pressupunha a necessidade de se “liquidar as deformações stalinistas, voltar aos verdadeiros princípios do marxismo, a seu verdadeiro método”, e, assim, “analisar, por meio deste, o capitalismo atual” (Lukács, 2020, p. 147-148). Dessa

maneira, seguindo “esse caminho, o desenvolvimento objetivo nos permitirá organizar o movimento anticapitalista de forma nova, segundo critérios marxistas”(Lukács, 2020, p. 148).

De tal modo, se, naquele momento, os caminhos específicos da luta contra o domínio do capital pareciam ineptos e ineficazes – em razão do déficit teórico do próprio marxismo, que deixou de acompanhar de perto a realidade –, isso não significava para Lukács o fim da luta contra o capitalismo. Afinal, enquanto, naquela turbulenta passagem da década de 1960 para a década de 1970, toda “a literatura contemporânea ocidental” sugeria “que os homens perderam completamente a fé de poder viver uma vida significativa nas circunstâncias de hoje”, Lukács, já nos derradeiros anos de sua vida, afirmava: “Não posso acreditar que o homem renuncie para sempre a sua reivindicação de uma vida significativa. Não sou tão pessimista” (Lukács, 2020, p. 68).

Considerações finais

Em suas entrevistas finais, em primeiro lugar, é notável a preocupação de Lukács com a necessidade de fazer renascer o pensamento de Marx diante das distorções e da estagnação causadas pelo stalinismo ao marxismo em geral. Mas como vimos, não se trata de uma reivindicação diletante e purista da teoria marxiana. Afinal, o renascimento do marxismo passava por temas como a reprodução ampliada do capital, a qual deveria não apenas ser estudada nos próprios termos de Marx, mas também poderia ser enriquecida com a análise das mudanças ocorridas no capitalismo desde a segunda metade do século XIX. Este é, precisamente, o “duplo movimento” proposto por Lukács: o retorno crítico ao método de Marx e o estudo sobre os fenômenos contemporâneos.

Certamente, tendo em conta os mais de cinquenta anos que se passaram desde estas entrevistas, pode se argumentar que, ao concordar com a afirmação lukacsiana de que nada de novo foi desenvolvido no campo da economia pelo marxismo após Lênin, estaríamos sendo injustos. No entanto, aqui não se trata de anuir a tudo aquilo que Lukács afirmou, nem mesmo de transplantar para nossos dias conclusões a respeito da teoria marxista dos anos 1960, mesmo porque não nos julgamos competentes para avaliar tudo o que foi produzido desde a teoria do imperialismo leniniana até nossos dias.

O fundamental aqui é destacar a importância de se compreender que o marxismo é completo no que diz respeito aos fundamentos teóricos para se apreender a realidade em seu movimento próprio, o que não significa que na obra de Marx possamos encontrar respostas imediatas para os dilemas de nosso tempo. Desse modo, para usar os termos de Lukács, só com uma “paciente pesquisa”, com base nestes fundamentos teóricos marxianos, pode-se prosseguir na compreensão das constantes transformações operadas no plano da economia.

O segundo ponto que merece ser comentado aqui diz respeito à mudança qualitativa pela qual, acredita Lukács, o capitalismo passou. Se a observação a respeito da prevalência do mais-valor relativo sobre o mais-valor absoluto necessita sempre de uma avaliação mais detida para ser comprovada – pois isso depende também de a que país ou a que ramo da produção se está a referir –, certamente, a percepção de que o grande capital absorveu o consumo da massa da população no decorrer do séculos XIX e XX e que, como isso, o tempo livre do trabalhador passou a ser um ponto decisivo do fenômeno do estranhamento, parece ser algo muito pertinente. A decorrente manipulação sobre toda a vida social é algo que mereceria um estudo profundo pelo marxismo de nosso tempo.

Pois, na medida em que o “capitalismo manipulatório” impacta diretamente sobre a consciência dos indivíduos, não só os teóricos, mas todo o movimento que se pretenda marxistas deveria estar atento para a possível correlação entre essa manipulação e a profunda crise pela qual passa a subjetividade das classes exploradas diante do poder do capital nas últimas décadas.

E não apenas isso. É fundamental a percepção de Lukács de que, naqueles anos, se vivia um novo início do movimento revolucionário, a partir do qual surgiam expressões da necessidade de autonomia da personalidade – como o movimento dos estudantes de 1968 ou a segunda onda feminista – frente à manipulação capitalista, as quais, ainda que ideologicamente imaturas, deveriam ser valorizadas como um primeiro passo de contestação ao capitalismo contemporâneo. A hipótese de que, no tempo da manipulação generalizada, as questões ideológicas assumem um papel ainda mais relevante do ponto de vista da luta de classes pode contribuir para uma reflexão sobre a esquerda dos nossos dias. Esta, diante dos chamados movimentos identitários, encontra-se aprisionada numa falsa antinomia: de um lado, o dogmatismo conservador que os rejeita; de outro, uma adesão acrítica que evita qualquer debate capaz de fazer avançar ideologicamente tais movimentos.

Portanto, se é verdade que dessas reflexões de Lukács não se pode, nem se deve, extrair propostas programáticas imediatas, certamente, há muito o que se aprender. Não apenas a necessidade de se retornar a Marx para que, daí, possamos avançar na compreensão dos novos fenômenos do capitalismo, mas principalmente que, os seres humanos, enquanto seres sociais, certamente não renunciam à luta por uma vida plena de sentido.

Referências bibliográficas:

LUKÁCS, G. *Para uma ontologia do ser social*, 2. Tradução de Nélcio Schneider, Ivo Tonet, Ronaldo Vielmi Fortes. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

LUKÁCS, G. *Conversando com Lukács*: entrevista a Léo Kofler, Wolfgang Abendroth e Hans Heinz Holz. Tradução de Giseh Vianna. 1. ed. São Paulo: Instituto Lukács, 2014.

LUKÁCS, G. *Essenciais são os livros não escritos*: últimas entrevistas (1966-1971). Tradução de Ronaldo Vielmi Fortes. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2020.